

Art. 71 A Autoridade Recursal proferirá decisão de mérito, deferindo ou indeferindo, total ou parcialmente, o recurso interposto e intimando o recorrente do resultado do julgamento.

Art. 72 Não apresentado ou não conhecido o recurso, a Autoridade Julgadora encaminhará o processo à Secretaria Geral da ANTAQ para publicação da sanção e, paralelamente, adotará as medidas necessárias à execução das demais sanções e providências decorrentes do julgamento.

Art. 73 A decisão proferida pela Autoridade Recursal, salvo se emanada de autoridade incompetente, é definitiva.

Parágrafo único. É também definitiva a decisão:

I - quando esgotado o prazo para recurso, sem que esse tenha sido interposto, fato que será certificado em despacho nos autos; e

II - na parte que não tiver sido objeto de recurso.

Seção XI

Da Forma dos Atos Processuais

Art. 74 Os atos processuais serão realizados na sede da ANTAQ, nas instalações das UAR ou dos Postos Avançados, em dias úteis, preferencialmente, no horário normal de seu funcionamento, podendo ser realizados em outros locais, no interesse da Administração ou por solicitação do interessado, devidamente fundamentada.

Art. 75 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

Art. 76 A autenticação de documentos exigidos em cópias poderá ser feita por servidor da ANTAQ mediante cotejo da cópia com o original.

Art. 77 Será assegurado o direito de vista e cópia dos autos ao autuado e seu representante legal devidamente qualificados, durante o expediente normal da ANTAQ, no local designado pela unidade organizacional competente onde estiver tramitando o processo.

Seção XII

Dos Prazos

Art. 78 Salvo disposição em contrário, os prazos são contínuos e começam a correr a partir da identificação oficial, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos iniciam-se e vencem em dias de expediente normal na ANTAQ, e, na hipótese do vencimento se dar em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes do horário normal, será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

Seção XIII

Das Intimações

Art. 79 As intimações realizadas no âmbito do processo administrativo dar-se-ão, em regra, por meio de correspondência postal encaminhada com aviso de recebimento.

§ 1º A critério da autoridade responsável, a intimação poderá efetivar-se pessoalmente.

§ 2º Caso a intimação por via postal seja devolvida com a indicação de que a entrega não foi possível, o setor responsável, nesta ordem:

I - buscará atualizar o endereço e, constatando a sua alteração, promoverá nova intimação; e

II - caso novamente frustrada a tentativa de intimação por via postal ou inexistindo outro endereço, intimará o autuado por meio de edital, publicado no Diário Oficial da União.

§ 3º Quando o serviço postal indicar a recusa no recebimento, o autuado será considerado intimado.

§ 4º Caso a localidade não seja atendida por serviço postal, os autuados deverão ser comunicados, por ocasião do recebimento do Auto de Infração, de que as intimações supervenientes serão realizadas por meio de edital.

§ 5º A intimação pessoal ou por via postal com aviso de recebimento poderá ser substituída por intimação eletrônica quando:

I - houver tecnologia disponível que assegure o seu recebimento; e

II - o autuado concordar expressamente, mediante termo de anuência juntado aos autos, em ser intimado por meio eletrônico.

Seção XIV

Da Representação Legal

Art. 80 O interessado poderá constituir representante legal, devendo, para tanto, juntar aos autos procuração que especifique a indicação do lugar onde o ato foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a delegação e a extensão dos poderes conferidos.

§ 1º O autuado poderá requerer prazo de até dez dias para a juntaça do instrumento a que se refere o caput.

§ 2º A intimação poderá ser feita para o endereço do representante legal devidamente qualificado nos autos.

Seção XV

Do Impedimento e Suspeição

Art. 81 A Autoridade Julgadora ou Recursal que se considerar impedida ou suspeita para atuar no processo administrativo deverá abster-se de praticar qualquer ato processual e consignar tal fato nos autos, justificadamente, sob pena de caracterização de infração disciplinar.

§ 1º Está impedida de atuar em processo administrativo a Autoridade Julgadora ou Recursal que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrerem quanto ao cônjuge, companheiro ou parentes e afins até terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau; e

IV - tenha vínculo com o interessado.

§ 2º Pode ser arguida a suspeição de Autoridade Julgadora ou Recursal que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau, cabendo à Autoridade Julgadora ou Recursal arguida se manifestar previamente nos autos no prazo de cinco dias.

§ 3º Da decisão relativa à arguição de impedimento ou de suspeição, caberá recurso ao Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Administrativas Regionais ou à Diretoria, no prazo de dez dias, contados da data da ciência da respectiva intimação.

Seção XVI

Da Prescrição

Art. 82. A prescrição para o exercício da ação punitiva da ANTAQ observará o disposto na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

CAPÍTULO V

DO TERMO DE AJUSTE DE CONDUITA

Art. 83 Até o momento da emissão do Parecer Técnico Instrutor ou, o Agente ou equipe de Fiscalização poderá consultar o Instrutor acerca do interesse de celebração de Termo de Ajuste de Condição - TAC com a finalidade de regularizar as infrações verificadas, ou o autuado poderá se manifestar espontaneamente nos autos.

Art. 84 A Autoridade Julgadora competente para apreciar o Auto de Infração decidirá sobre a celebração de TAC, de forma excepcional e devidamente justificada, desde que esta se configure medida alternativa eficaz para preservar o interesse público, alternativamente à decisão administrativa sancionadora.

§ 1º O TAC poderá ser firmado para a correção de uma ou mais infrações cometidas, a critério da autoridade competente.

§ 2º Caso concorde pela celebração do TAC, o infrator deverá manifestar o seu interesse no prazo de cinco dias, a contar da data de ciência do oferecimento pela ANTAQ.

§ 3º A multa prevista pelo inadimplemento do TAC deverá ser de, no mínimo, o teto da sanção pecuniária prevista em norma específica.

Art. 85 No caso de Ação Fiscalizadora realizada durante a vigência do TAC, não será lavrado Auto de Infração para as infrações que estejam sendo corrigidas, conforme objeto do TAC.

Art. 86 O TAC conterá:

I - a data, assinatura e identificação completa dos signatários;

II - considerações justificando a celebração do TAC;

III - a especificação da infração e a fundamentação legal, regulamentar ou contratual pertinente;

IV - o prazo, os termos ajustados e compromissos firmados para a correção da infração;

V - as cominações pelo seu descumprimento; e

VI - a responsabilidade das partes, identificando-se o responsável pelo acompanhamento do TAC.

Parágrafo único. Qualquer alteração no TAC deverá ser aprovada pela Autoridade Competente conforme o art. 84.

Art. 87 Decorrido o prazo estipulado no TAC, os autos serão encaminhados para avaliação da Autoridade Julgadora competente conforme o art. 84, a qual deverá atestar o seu cumprimento no processo administrativo ou, quando não atendido o compromisso, executar as cominações estabelecidas no TAC.

§ 1º Atestado o cumprimento integral do TAC, o processo administrativo sancionador será arquivado definitivamente, salvo na hipótese do § 2º.

§ 2º Quando subsistirem infrações administrativas a serem julgadas ou executadas após o cumprimento integral do TAC, o processo administrativo sancionador seguirá seu tramite regular.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 88 O servidor da ANTAQ demandado em juízo por ato praticado no exercício legal de suas funções poderá requerer ao Procurador-Geral da ANTAQ, observados os critérios estabelecidos na Portaria AGU nº 408, de 23 de março de 2009, sua representação judicial pelo órgão competente da Advocacia-Geral da União.

Art. 89 Incumbe ao Diretor Geral identificar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, o órgão ou entidade competente ou o Ministério Público sobre os indícios de infração a ordem econômica; de infração de competência de outro órgão ou entidade da administração pública ou que ocasione lesão ao patrimônio, bens ou direitos de entidade diversa; ou de crime, respectivamente, com a devida instrução de todos os elementos de prova que dispuser.

Art. 90 Incumbe ao Secretário-Geral lavrar Certidão de Trânsito e Julgado do Processo Administrativo Sancionador.

Art. 91 Na hipótese de anulação de instrumento contratual ou de seus editivos, bem como do previsto no § 2º do artigo 78-A da Lei 10.253, de 5 de junho de 2001, os autos serão encaminhados para deliberação da Diretoria Colegiada.

Art. 92 O pedido de renúncia da outorga não extingue a Ação Fiscalizadora ou o processo administrativo em curso ou a iniciar.

Art. 93 As disposições desta Norma aplicam-se às Ações Fiscalizadoras ainda não concluídas, no que for aplicável, devendo os processos administrativos contenciosos em tramitação observar os procedimentos e demais disposições da Resolução nº 98/-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2008.

PORTARIA Nº 61, DE 31 DE JANEIRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe confere os incisos IV e VII do art. 54 do Regimento Interno e considerando a Resolução nº 3.246/2014, resolve:

Art. 1º Ativar o Posto Avançado de Santos - PA-SSZ, em conformidade com o art. 8º da Resolução 3.246/2014, de 21/01/2014, publicada no DOU de 22/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BRITO

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO					
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM: 31 DEZEMBRO DE 2013					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
01 - CIRCULANTE	95.551.066	117.011.477	01- CIRCULANTE	30.830.980	30.654.605
1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	83.561.276	104.906.875	1.1 - Obrigações Vencíveis a Curto Prazo	30.830.980	30.654.605
Caixa	2.150	1.353	Fornecedores de Bens e Serviços	3.660.967	
Banco C/ Movimento	1.033.627	1.799.792	Obrigações Sociais/ Assistenciais	4.103.385	1.789.184
Banco do Brasil S/A - Tesouro/Conv.	40.911.601	58.518.239	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	6.982.620	4.597.235
Aplicação Financeira - Convênio SEP/PR	3.125.165	1.498.764	Empréstimos e Financiamentos	1.550.500	6.185.084
Aplicações Financeiras	38.488.733	43.088.728	PSP - Adiantamentos Clientes	1.657.645	1.119.211
1.2 - Direitos Realizáveis a Curto Prazo	11.989.790	12.104.602	Credores p/ Depósitos Cauccionados	296.725	236.968
Clientes a Receber	3.476.432	3.953.798	Depósitos/Contribuintes e Consignações	1.145.878	2.855.383
Devedores Diversos	286.263	389.821			